

---

# O “nome próprio” no contexto da Epistemologia da Organização do Conhecimento: um debate filosófico-teórico

*“Own name” in Knowledge Organization Epistemology: a philosophical-theoretical debate*

---

**Naira Christofolletti Silveira (1), Gustavo Silva Saldanha (2)**

(1) Professora Adjunta na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Av. Pasteur, 458, CCH sala 404, Urca, Rio de Janeiro, Brasil, naira.silveira@unirio.br

(2) Pesquisador Adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rua Lauro Muller, 455, sala 401, Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil; Professor Adjunto na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), saldanhaquim@gmail.com

## Resumo

A ‘autoria’ permeia diversas áreas do conhecimento e pode ser abordada a partir de diferentes olhares. Neste trabalho ela está relacionada diretamente à Filosofia e à Organização do Conhecimento. Como a ‘autoria’ é um elemento corrente no registro bibliográfico, estudos integrando questões filosóficas, conceituais e culturais à Representação Documentária permitiriam uma reflexão mais crítica sobre o desdobramento do uso da autoria nas práticas informacionais. O objetivo geral do trabalho é compreender a perspectiva da autoria a partir da noção de ‘nome próprio’, tendo como inflexão a discussão filosófica que se debruça sobre essa análise e questões sociais inerentes ao conceito. Trata-se de uma investigação exploratória e teórica, pautada nas pesquisas bibliográfica e documental, composta de dois movimentos: o primeiro, visa compreender a crítica filosófica à noção de ‘nome próprio’; o segundo, procura discutir a noção no contexto de sua formulação na filosofia da Organização e Representação do Conhecimento. A partir de uma crítica panorâmica sobre a discussão filosófica em torno do ‘nome próprio’, pontuamos a emergência do debate no contexto contemporâneo, como o caso dos filósofos do século XX, como Wittgenstein, Barthes e Foucault. Percebe-se que, apesar das mudanças advindas da Modernidade, o ‘autor’ no registro bibliográfico pressupõe ainda hoje o sentido de ‘nome próprio’, pois este personaliza e organiza o conhecimento através da construção de pontos de acessos padronizados.

**Palavras-chave:** Nome próprio. Representação do conhecimento. Organização do conhecimento. Autoria. Representação documentária.

## 1. Considerações iniciais

Para quem medita sobre o inefável, é útil observar que a linguagem pode perfeitamente nomear aquilo de que não pode falar. (Agamben, 2013, p. 103)

## Abstract

The ‘authorship’ is investigated in many knowledge areas and can be approached from different perspectives. In this work it is directly related to philosophy and knowledge organization. As the ‘authorship’ is a recurring element in the bibliographic records, studies integrating philosophical, conceptual and cultural questions in documentary representation allow a more critical reflection on the deployment of the use of authoring in informational practices. The overall goal is to understand the perspective of authorship from the notion of ‘own name’, with the inflection philosophical discussion that focuses on this analysis. This is an exploratory and theoretical research, based on bibliographical and documental research, consisting of two steps: the first, aims to understand the philosophical critique of the notion of ‘first name’; the second, discusses the notion in the context of its formulation in the philosophy of the knowledge organization. From a panoramic critique of the philosophical debate around the ‘own name’, we pointed out the emergence of debate in the contemporary context, as the case of twentieth-century philosophers such as Wittgenstein, Barthes and Foucault. We recognize that, despite the changes arising from Modernity, the ‘author’ in the bibliographic records today still assumes the meaning of ‘own name’, because it personalizes and organizes the knowledge by building standardized access points.

**Keywords:** Own name. Knowledge representation. Knowledge organization. Authorship. Documentary representation.

Conta-se que Beda, pai da historiografia britânica e grande erudito do renascimento da geração de Carlos Magno, recebeu o epíteto de “Venerável” a partir de dois concílios realizados em Aquisgrano (ou Aachen ou Aix-la-Chapelle, capital do Império Carolíngio), nos anos de 816 e

836. Os eventos ocorreram, dentre outras pautas, exatamente para a inclusão dos epítetos em algumas autoridades da Igreja Católica. Posteriormente, o costume se tornaria uma regra. Os epítetos passaram a fazer parte da “política” de nomes próprios da Igreja. (LE GOFF, 2013).

No entanto, conta-se também que, na verdade, foram os anjos que teriam construído o epíteto para completar o epitáfio de Beda. Para a história, existe a dúvida sobre o processo alegórico e o processo normatizador de inclusão do “título” de “venerável” na construção dos nomes das autoridades católicas.

O fato que nos interessa é que “Beda”, ou “Beda, O Venerável”, ou “Venerável Beda” são três formas de invocar a “identidade” de um dos grandes sábios do Medievo, responsável por inúmeras obras no campo da Retórica, da Filologia, da Literatura e da História. Especificamente, estamos diante do argumento central da presente reflexão: um debate sobre a fronteira entre filosofia do “nome próprio”, epistemologia da organização do conhecimento (centro teórico de nossa proposta) e as abordagens aplicadas deste último domínio.

A ‘autoria’ permeia diversas áreas do conhecimento e pode ser abordada a partir de diferentes olhares. Neste trabalho ela está relacionada diretamente à Filosofia e à Organização do Conhecimento. Como a ‘autoria’ é um elemento recorrente no registro bibliográfico, estudos integrando questões filosóficas, conceituais e culturais à Representação Documentária, permitiriam uma reflexão mais crítica sobre o desdobramento do uso da autoria em processos e práticas informacionais.

Para Otlet (1934), o “autor” (e o nome próprio dele resultante) representa o inventor ou criador de uma obra de imaginação ou documental. O pensador belga relaciona em § 231.2 as diferentes modalidades de inserção do nome próprio nos documentos tradicionais, como impressos, manuscritos. Dentre os problemas vinculados às práticas de representação e de acesso ao conhecimento registrado lançadas pela visão otletiana, estão a questão da latinização dos nomes próprios no Medievo e a presença de obras sem autoria.

O cenário que discute a ‘autoria’ no acesso informacional constitui-se o mais amplo desta pesquisa, que busca evidenciar o caráter reflexivo e social da Organização do Conhecimento, especialmente da Representação Descritiva. Reflexões teóricas acerca de questões socioculturais e a representação documental identificam uma tendência e buscam ir além da visão tecnicista e atribuir uma função filosófica e social à

Representação Documentária, capaz de mobilizar uma sociedade que se quer predicada com a noção de ‘conhecimento’, provendo acesso ao documento, respeitando as particularidades de seus usuários e, conseqüentemente, contribuindo para a representação, circulação, uso e produção de saberes.

O objetivo geral é discutir a perspectiva da autoria a partir da noção de ‘nome próprio’, tendo como inflexão a discussão filosófica que se debruça sobre essa análise. Trata-se de uma investigação exploratória e teórica, pautada nas pesquisas bibliográfica e documental, composta de dois movimentos metodológicos de construção da análise: o primeiro, visa compreender a crítica filosófica à noção de ‘nome próprio’; a segunda, procura discutir a noção no contexto de sua formulação na filosofia da organização dos saberes. Para esta reflexão, o primeiro ponto de análise é a discussão sobre ‘conhecimento’ e ‘linguagem’ no diálogo Crátilo de Platão.

A partir de uma crítica panorâmica sobre o debate filosófico em torno do “nome próprio”, pontuamos a emergência do debate no contexto contemporâneo, como o caso dos filósofos do século XX, especialmente, Barthes, Wittgenstein e Foucault. Para o último, a função autor está diretamente relacionada ao contexto social, histórico e econômico de uma sociedade.

No século XVII ou no século XVIII, a função autor começa a ser apagada dos discursos científicos e outro conjunto sistemático de técnicas, métodos, objetos de experimentação, laboratório e data é que atribui validade ao discurso e não mais o indivíduo que o produziu. Entretanto, esse conjunto de elementos não anulou o autor do discurso. O ‘autor’ no registro bibliográfico pressupõe o sentido de ‘nome próprio’, pois personaliza e organiza o conhecimento através da construção de pontos de acesso padronizados.

## 2. O dilema do nome próprio na Filosofia: da representação da realidade à representação do conhecimento

Ou o nome será, por assim dizer,  
um conceito lógico?  
(Wittgenstein, 1998, p. 79)

A relação entre nome próprio e representação da informação guarda muito mais elementos que a suposta mera relação de incorporação de um nome em um sistema bibliográfico pode, à primeira vista, vislumbrar. Das preocupações platônicas com a linguagem às inquietações wittgensteinianas e barthesianas do século XX sobre certeza, jogos de linguagem, “morte” do

autor, o nome próprio se estabelece como uma fonte de argumentação filosófica e termina por transversalizar as questões inerentes à Organização do Conhecimento.

Como nos demonstra Marcondes (1985), está no *Crátilo* de Platão a pioneira preocupação com a eliminação das imperfeições das linguagens naturais – na visão de Shannon e Weaver (1975), dois milênios depois, a construção do canal ideal para evitar os ruídos que atuam sobre a mensagem, ou simplesmente, o privilégio da sintaxe sobre a semântica e, principalmente, sobre a pragmática.

Para a filosofia da linguagem, central para o desenvolvimento da Organização do Conhecimento para diferentes autores, como John Budd e Rafael Capurro, a questão do nome próprio iniciada em Platão, toma contornos aporéticos: trata-se de identificar, nesta discussão particular, elementos gerais da própria filosofia em sua totalidade, como questões da tipologia da verdade, do real e do bem.

No *Crátilo* de Platão, identificamos um dos pilares da filosofia da linguagem na Antiguidade. Etimologia e forma têm aqui papel importante. Trata-se de um diálogo sobre as origens da linguagem. Hermógenes e Crátilo dialogam e dialetizam com Sócrates. Para Hermógenes, seria a relação entre nome e coisa uma convenção, enquanto para Crátilo, isto se dá na conformidade com a natureza das coisas. Para Sócrates, é preciso, primeiro, aceitar que existem coisas falsas e verdadeiras. Isto leva à discussão sobre o “verdadeiro” que há na relação entre nome e coisa – ou designação da natureza da coisa e natureza da coisa propriamente dita (Platão, 1963).

Está aqui uma das primeiras classificações da linguagem. Sócrates estabelece, junto de Hermógenes, que o “nome é a mais pequena” parte do discurso (Platão, 1963, 5, p. 13). Uma das conclusões a que chega Sócrates na primeira parte do diálogo, junto a Hermógenes, é que o nome não pode se dar por convenção, pois permitiria a falsidade. “A justeza de um nome, afirmamos nós [Sócrates para Crátilo], é aquilo que mostra uma coisa tal qual é”. (Platão, § 10, 1963, p. 120).

A afirmação do princípio mimético na estrutura da linguagem e sua negação moral é também aqui realizada pelo filósofo da Academia.

Sócrates: Poderás tu afirmar que o nome é uma coisa e aquilo que ele designa é outra?

Crátilo: Sim.

Sócrates: Convirás também que o nome é uma imitação de uma coisa?

Crátilo: Em absoluto. (Platão, § 5-10, 1963, p. 133)

No bojo da tentativa de vinculação de uma relação moral no uso e na determinação dos usos da linguagem, aparece em Platão a diferenciação das partes do discurso, a saber nomes, verbos, frases e, em outro momento, sílabas e letras (Platão, § 20, 1963, p. 136):

Sócrates: portanto, se existe aqui uma distribuição desta natureza, nós queremos chamar a uma *dizer a verdade* e à outra *falar falso*. Nestas circunstâncias e na possibilidade de se poder distribuir os nomes inexactamente e de não atribuir a cada coisa os que lhe pertencem, mas atribuir-lhes, algumas vezes, nomes que não lhes convém, seria também possível, neste caso, fazer o mesmo quanto aos verbos. Ora, se é possível proceder deste modo quanto aos nomes e aos verbos, também o é, necessariamente, quanto às frases; porquanto estas, como eu julgo, não são mais do que uma reunião daqueles elementos”. (Platão, 1963, 15-25, p. 135, grifo nosso)

Para Sócrates, porém, não seria possível concordar com a relação de identidade absoluta entre nomes e coisas, pois isto seria tomar o nome como a própria coisa. Está na passagem abaixo um dos aspectos claros da crítica platônica ao mundo que se estabelece pela linguagem – este, no olhar do filósofo da Academia, um mundo confuso, que não poderia discenir entre coisa e representação da coisa.

Seria, com certeza, coisa para rir, ó Crátilo, o efeito dos nomes sobre os objectos, de que são nomes, no caso de concordarem em absoluto com eles. Tudo seria duplo e não se poderia dizer qual é o objecto e qual o nome. (Platão, § 5-10, 1963, p. 139, grifo nosso)

Surge ainda outro aspecto importante do diálogo para a aproximação entre as artes filológica e bibliológica: a proposta, em *Crátilo*, da possibilidade de construção de um método para “conhecer o mundo” a partir da linguagem. Para Crátilo, que toma os nomes primitivos como idênticos às coisas, nós poderíamos, de maneira inversa à visão de Sócrates, conhecer as coisas pelos nomes.

Sócrates refuta a visão cratílina. Há, aqui, uma crítica da cognoscibilidade das coisas pelos nomes – ou seja, só é possível conhecer a coisa pela própria coisa.

Sócrates: Visto estarem os nomes desavindos e afirmarem uns a sua semelhança com a verdade e reclamarem outros para si o mesmo direito, sobre que base poderemos, de hoje em diante, apoiar-nos, para resolvermos a questão, ou a que recorrer? (Platão, § 5, 1963, p. 154, grifo nosso)

(...)

Baste-nos, por isso, concordar que não é dos nomes que se deve partir, mas que as coisas [...] devem conhecer-se e investigar-se, partindo delas mesmas. (Platão, § 10, 1963, p. 156, grifo nosso)

Dada a argumentação socrática, a visão de Crátilo não é admitida na Antiguidade, mas seus questionamentos podem levar à reconstrução dos motivos que nos conduzem a tomar a linguagem como processo do conhecimento – e, principalmente, como o próprio conhecimento. No entanto, o processo que se estabelece na direção desta mudança de rota é longo, e se inicia com a revisão aristotélica sobre a linguagem, junto do próprio nascimento da Filologia.

Mais do que isto, a postura que a linguagem, como possibilidade do conhecimento, como aponta Crátilo, terá impacto conceitual no surgimento de uma arte bibliológica – e, principalmente, em sua emancipação, já no século XIX. Tal arte vincula-se diretamente ao desenvolvimento de uma teoria bibliográfica ou de uma teoria do conhecimento estruturada em uma racionalidade bibliográfica que, por sua vez, virá constituir o que atualmente tratamos a partir da expressão “organização do conhecimento”.

Os questionamentos sobre o nome próprio (sempre juntos da questão do “nome”, “substantivo”) não deixam de ser objeto do debate filosófico da Antiguidade à Contemporaneidade. A filosofia do século XX também abordará o objeto como um de seus elementos centrais. Seja através da virada lingüística (e, dentro desta, da relação entre filosofia analítica e filosofia da linguagem ordinária), seja a partir das dicotomias entre estruturalistas e pós-estruturalistas, o nome próprio surgirá, aqui e acolá, como elemento de investigação entre filósofos e teóricos das ciências sociais.

Estritamente no âmbito dos filósofos da virada lingüística, esta aderência pode ser visualizada nos debates que atravessam Russel, Quine, Frege e Wittgenstein. Para Russel, podemos reduzir os “nomes próprios” aos nomes comuns, assim como a inversão se faria igualmente válida, ou seja, podemos reduzir os nomes comuns aos nomes próprios. A perspectiva russeliana pressupõe que os nomes próprios resultam de elementos retirados da experiência direta, e tem relação objetiva no contexto da denotação. (Abbagnano, 2000)

Frege, por sua vez, atenta-se para uma distinção entre denotação e sentido, sendo o último algo se dá na apreensão resultante do indivíduo que domina suficientemente uma determinada língua. A denotação responde pontualmente por uma relação de referência ao objeto. Isto resulta na possibilidade de nomes (incluindo nomes

próprios) responderem por sentidos diferentes, mesmo apontando (referindo-se) ao mesmo objeto, ou pessoa. Tal solução fregeiana apresenta a inferência da não existência de pressupostos particulares sobre a natureza da linguagem (Abbagnano, 2000)

O conhecido desdobramento destas questões na filosofia chegará ao complexo pensamento de Ludwig Wittgenstein. Entre os filósofos anteriores da virada lingüística, como o caso russeliano, temos centralmente uma perspectiva lançada sob o ponto de vista logicista. Em outras palavras, a aporia do nome próprio poderia ser resolvida tão somente através da procura por uma demonstração lógica da relação entre nome e indivíduo correspondente. Com a divisão comum das fases do pensamento wittgensteiniano (a saber, um primeiro Wittgenstein da lógica formal, um segundo da linguagem ordinária), tal base logicista começa a receber outras abordagens.

No clássico fragmento § 79 das Investigações Filosóficas (obra nuclear da segunda fase de seu pensamento) resultante de passagens de discussão sobre o nome, tendo como interlocutor, por exemplo, Frege e Russel, Wittgenstein (1979, p. 43-44) manifesta a seguinte proposição: “Moisés não existiu”. A partir desta constatação hipotética, sua discussão procura elencar as consequências semânticas, como, “os israelitas não tiveram nenhum chefe quando deixaram o Egito”, ou “não existiu nenhum homem que tivesse realizado tudo que a Bíblia narra de Moisés”.

Na visão wittgensteiniana, a partir de Russel diríamos que Moisés pode ser definido segundo diferentes descrições, como “o homem que guiou os israelitas”, “o homem que viveu naquele tempo”, “o homem que em criança foi retirado do Nilo pela filha do faraó”. Do mesmo modo, conforme definição selecionada, a frase “Moisés existiu” recebe um sentido diferente. (Wittgenstein, 1979)

Uma das rotas da reflexão wittgensteiniana é afirmar que, diante da assertiva sobre a condição ôntica de Moisés (a existência de alguém considerado “Moisés”), responderá sempre por uma camada aberta de acréscimo de descrições para tal nome próprio. “Terá para mim o nome ‘Moisés’ um determinado uso, sólido e sem equívoco em todos os casos possíveis?”, indaga Wittgenstein (1979, p. 44).

As respostas da reflexão wittgensteiniana (de segunda fase) para as aporias do nome próprio começam a ganhar aqui a conhecida direção do debate da linguagem ordinária. O filósofo admite que o uso de um nome próprio não possui uma certa “significação rígida”, como gostariam os

lógicos, incluindo ele, em sua primeira fase, demarcada pela obra *Tratado Lógico-Filosófico*. A ausência de tal rigidez não impacta, porém, o seu “uso”, ou seja, o nome próprio, por mais impreciso (logicamente) que possa parecer, não torna seu uso um absurdo no cotidiano. (Wittgenstein, 1979)

As observações sobre o uso da linguagem (incluindo a apropriação de nomes próprios), levam Wittgenstein (1979, p. 49) a abordar criticamente a lógica. Em suas palavras, trata-se de observar, de fato, “em que medida a lógica é algo sublime”. Este caráter sublime estaria na direção de uma certa “profundidade especial”, uma “significação universal”, ou seja, da “consideração da lógica” como aquela ciência que “investiga a essência de todas as coisas”. No entanto, a “nova” abordagem wittgensteiniana declara não ser esta a intenção central da filosofia, pelo menos, sua filosofia ordinária. Não é a profundidade o interesse em questão. “Queremos compreender algo que já está diante de nossos olhos. Pois parecemos, em algum sentido, não compreender isto”. (Wittgenstein, 1979, p. 49)

Wittgenstein (1979) encontra aqui dos usos cotidianos do nome próprio à variedade e à dinâmica de sua vivência entre cada comunidade de uso. A perspectiva de segunda fase wittgensteiniana sobre a filosofia dos “nomes próprios” aponta para as diferentes experiências de reconhecimento de como nome próprio foi tido como objeto da filosofia, em uma primeira impressão, e, principalmente, a multiplicidade de condições em que foi elaborado em cada contexto.

O quadro vasto da multiplicidade nos remete ao conjunto de espaços discursivos de apropriação do “nome próprio”, presentes em domínios como Filologia (incluindo aqui Gramática e Etimologia), Retórica, a própria Lógica, História, Mitologia, Sociologia, Antropologia, Estudos Literários, Direito, dentre outros. Este “mapeamento” nunca concluso oferece uma gama inumerável de indícios para a compreensão do percurso que leva o nome próprio, de seus usos plurais às tentativas de reconhecimento, de reflexão e de padronização no âmbito da Organização do Conhecimento.

Em outras palavras, da relevância histórica presente na “condição filosófica” dos “nomes próprios”, passando por seus questionamentos nos terrenos dos estudos sociais (político, sociológico e antropológico), chegamos à sua relevância pontual no exercício de construção dos experimentos, das abordagens teóricas e das abordagens aplicadas da Organização do Conhecimento na Contemporaneidade. A marca espaço-temporal do século XX, no entanto, nos con-

vida a compreender como “abordagens pós-estruturalistas” não só não abandonaram a discussão sobre o nome próprio, como colocaram-no em evidência em diferentes casos.

Voltar-se para a Organização do Conhecimento nos últimos cem anos e encarar o “nome próprio” como um de seus elementos é também compreender as questões complexas lançadas por filósofos como Michel Foucault, Roland Barthes, François Lyotard, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, dentre outros. Não sendo intuito demarcar, neste trabalho, apenas um modo “pós-estruturalista” de apreensão do “nome próprio”, detemo-nos em alguns destes autores para aprofundar o panorama crítico que nos leva ao foco das práticas informacionais.

Podemos elencar alguns dos elementos gerais que posicionam-se na fronteira entre os novos questionamentos sobre o “nome próprio” e as abordagens tensionadas na Organização do Conhecimento, dentre eles:

- A condição da “invenção” do autor (indistigível da inferência do “nome próprio”) na análise foucaultiana a partir do Medieval e os questionamentos das distinções de sua função a partir de então;
- A destituição da centralidade do autor a partir das perspectivas de iluminação do leitor como edificador do sentido;
- A fragmentação da “condição ôntica” do autor e, por conseguinte, da “evidência” do “nome próprio”, diante das práticas de produção colaborativa no mundo pós-*web*.

Estas fundações da Contemporaneidade, pós-wittgensteinianas, definem a dificuldade de tratamento da aparente condição objetiva do “nome próprio” e entrelaçam-se nos dilemas corretos da Organização do Conhecimento. É preciso reconhecer, como procuramos desenvolver, a seguir, que os laços, os nós e os fios dispersos que subsistem na filosofia dos “nomes próprios” têm, na Organização do Conhecimento, não apenas um reflexo (a manifestação aplicada de suas problemáticas), mas também suas possibilidades de aparecimento e desenvolvimento. Em outros termos, percebemos que os horizontes da organização, da representação e do acesso a conteúdos e continentes sempre estiveram imbricados no debate filosófico e informacional quando tratamos dos “nomes próprios”.

### 3. O nome próprio na Organização do Conhecimento

Allonymes. On donne ce nom à ceux qui, en publiant un ouvrage, se cachent sous le nom véritable de quelque auteur de réputation, et

cherchent à leur attribuer des ouvrages qu'ils n'on pas faits. (Peignot, 1802, p. 12)

Para Esteban Navarro e García Marco (1995), a Organização do Conhecimento é uma disciplina dedicada ao estudo e desenvolvimento de fundamentos e técnicas de planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação de documentos. Portanto, ela atua em três perspectivas: representação, organização e comunicação do conhecimento humano.

A autoria pode estar contida tanto na organização quanto na representação do conhecimento. Embora pareçam semelhantes, a organização e a representação possuem conotações próprias.

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico (Brascher e Café, 2008, p. 5).

Enquanto que,

A organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade. Esses dois processos produzem, conseqüentemente, dois tipos distintos de representação: a representação da informação, compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo [...] (Brascher e Café, 2008, p. 6).

Considerando tais diferenças, considera-se que a ação de identificar a autoria, estabelecer e padronizar os pontos de acesso a um registro bibliográfico está contido na Organização do Conhecimento, e a transcrição da autoria na área 1 da ISBD, conforme consta na página de rosto de livro, seria organização da informação.

O documento a ser representado pode fornecer os dados para a organização da informação referente à autoria de modo mais claro que à organização do conhecimento autoral, este último que se relaciona diretamente a questão filosófica de “nome próprio” e organização do conhecimento.

Em 1968, Roland Barthes publicou o artigo “A morte do autor”. Nesse texto, Barthes (1988) afirma que o escritor é um sujeito social, historicamente constituído, que produz um texto com base em outros textos.

A função autor é também abordada em “O que é um autor?”, comunicação de Foucault à Société

Française de Philosophie, em 1969. Para ele, alguns “[...] discursos são providos da função ‘autor’, ao passo que outros são dela desprovidos” (Foucault, 2006, p. 46).

É importante destacar que o surgimento do autor na Idade Média coincide com o surgimento de catálogos mais estruturados. Antes do Medievo, existiam tabletes de argilas e listas com dados bibliográficos, mas se desconhece se tais listas eram mecanismos de busca e recuperação da informação ou se eram apenas listas de inventários (Garrido Arilla, 1996). O processo de elaboração de catálogos mais estruturados é decorrência de ações realizadas séculos antes. No século II, por exemplo, a organização bibliográfica tornou-se mais específica e individualizada, “[...] quando Galeno, médico grego, fez a relação de seus trabalhos para que não fossem confundidos com os de outros autores” (Caldeira, 1984, p. 261).

Nesse caso, a introdução da autoria foi um mecanismo de organização que permitiu a personificação do conhecimento, além de um importante elemento de individualização de documentos. Desde então, as listas com dados bibliográficos tornaram-se mais elaboradas e iniciou-se um processo de identificação dos documentos, no qual são incluídos elementos descritivos com a finalidade de fornecer uma representação minuciosa e fidedigna, distinguindo um documento dos demais presentes no acervo.

No entanto, somente a partir da Idade Média é que a identificação dos autores tornou-se recorrente. Porém, essa constatação não significa a inexistência de autores antes desse período. Ela revela a alteração da relação entre o autor e o texto, ocorrida durante o Medievo, e o desenvolvimento dos catálogos que começaram a incorporar, em seus elementos descritivos, o nome do autor para identificar uma obra.

No século VIII, nas bibliotecas medievais, surge uma das primeiras listas com dados sobre o título e autor; tal lista está contida em um livro. Não é possível observar nenhuma ordenação, nem de classificação nem alfabética; essa lista se aproximava mais de um inventário que de um instrumento de busca e recuperação. Somente no século IX é que surgem catálogos mais bem estruturados. A biblioteca de Reichenau, na Alemanha, compilou vários catálogos entre os anos de 822 e 842. O primeiro deles mantinha as obras de um mesmo autor reunidas, outro continha informações sobre o número dos volumes ou rolos e as obras nele contidas. Em 831, o mosteiro St. Requier, na França, compilou um catálogo que também apresentava o conteúdo dos volumes ou rolos e fazia entrada

para o autor, porém sem ordem perceptível (Strout, 1956).

O catálogo continuou evoluindo e se aprimorando. Em 1247, uma lista da biblioteca de Glastonbury Abbey adicionava uma designação variada à descrição dos livros, como por exemplo: inútil, legível, bom – provavelmente revelando as condições físicas dos mesmos. Em 1372, na Inglaterra, os frades agostinianos de York organizaram uma lista na qual as obras de um autor eram separadas quando os assuntos eram distintos. Em 1558, o catálogo do convento de Bretton, em Yorkshire, incluiu a entrada para os nomes dos editores e tradutores (Strout, 1956).

As primeiras ocorrências sistemáticas e ordenadas alfabeticamente de nomes de autores encontram-se nos índices dos livros e autores proibidos, estabelecidos no século XVI [...]. É isso que Foucault chama de “apropriação penal dos discursos” – o fato de poder ser perseguido e condenado por um texto considerado transgressor (Chartier, 1999, p. 34).

No século XVII várias publicações abordavam o desenvolvimento do catálogo. Na França, Gabriel Naudé destacou que a função mais importante do catálogo era encontrar livros e identificá-los bibliograficamente. Ele recomendava um catálogo dividido em duas seções, uma por assunto e outra por autores (Strout, 1956).

Naudé apresenta a biblioteca como uma instituição necessariamente pública e universal. Pública no sentido de abertura a todos e universal por conter todos os autores (ele não escreveu “livros” mas “autores”) que tivessem escrito sobre a diversidade dos assuntos interessantes ao ser humano, em particular as artes e ciências (Coelho, 1997, p. 77).

Na época em que Naudé utilizou o termo “autores”, a função do autor estava consolidada e a obra era intimamente ligada ao autor. Sob o desdobramento desta visão moderna nascente, na qual se enquadra o ponto de vista de Naudé, podemos encontrar a crítica barthesiana. Barthes (1988, p. 66) chama a atenção que a imagem da literatura na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, e “[...] a explicação da obra é sempre buscada do lado de quem a produziu, como se através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o autor, a entregar a sua ‘confidência’”.

Ao acompanhar as mudanças do catálogo, percebe-se muitas vezes a ausência da identificação do autor. Os catálogos mais elaborados com as questões autorais surgem durante a Idade Média. Coincidência ou não, foi nessa

época que a censura às obras e aos autores se tornou rigorosa. Neste período, a obra era condenada junto com seu autor, portanto, a identificação era necessária para a concretização da censura.

Provavelmente, a ausência ou presença do autor não se relacionam somente às questões de censura; o autor não surgiu apenas na medida em que era necessário puni-lo durante a Inquisição. O “surgimento” do autor também está relacionado com a necessidade do reconhecimento de um autor pela sociedade.

O autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da “pessoa humana” (Barthes, 1988, p. 66).

Ainda nas relações da passagem do Medieval para o Mundo Moderno, Chartier (2008) nos revela uma alteração concreta no comportamento do autor, ao comentar sobre o livro oferecido ao príncipe. “No livro, a dedicatória ao príncipe é, inicialmente, uma imagem [...] são os frontispícios que representam o ‘autor’, ajoelhado, oferecendo ao príncipe [...] um livro ricamente encadernado, que contém a obra da qual ele é criador [...]” (Chartier, 2008, p. 186).

Uma vez que o autor passou a ser reconhecido como responsável pelo seu discurso, tornou-se um elemento descritivo muito importante na representação da informação. O surgimento da função “autor” e o olhar da sociedade sobre ele alteraram a identificação da autoria nos catálogos. Após a Idade Média, a presença da autoria fica cada vez mais evidente. Existem duas justificativas para o acréscimo da autoria como pontos de acesso nos catálogos:

- a) para encontrar um documento específico quando o autor é conhecido;
- b) para encontrar quais documentos de um determinado autor há na biblioteca (Needham, 1964).

Existem outras características que justificam a inclusão da autoria nos catálogos: a identificação e a seleção de documentos semelhantes, com autorias diferentes. Com a multiplicação “geométrica” da produção documental, século após século, após o Quatrocentos, tornou-se cada vez mais necessário elencar elementos que possam ajudar na organização, identificação e seleção de documentos. Os autores e outros responsáveis, como tradutores, editores, entre outros, são elementos fundamentais para a busca, recuperação e seleção de documentos.

A função autor, portanto, está diretamente relacionada ao contexto social, histórico e econômico de uma sociedade. Durante um período e em determinadas sociedades, os textos tidos como literários (narrativas, contos, epopeia, entre outros), eram recebidos anonimamente sem que o reconhecimento de sua autoria fosse requerido. Atualmente, a função autor em uma obra literária desempenha um papel fundamental. No século XVII ou no século XVIII, a função autor começa a ser apagada dos discursos científicos e outro conjunto sistemático de técnicas, métodos, objetos de experimentação, laboratório e data é que atribui validade ao discurso e não mais o indivíduo que o produziu (Foucault, 2006).

Needham (1964) aponta que a busca por assunto é enfatizada no meio científico e tecnológico, no qual o autor tem sido menos importante. Principalmente após o século XIX, o crescimento da produção científica e o aumento das buscas por assunto culminaram no desenvolvimento da Documentação.

Como a Documentação prioriza o tratamento da informação por assunto, Wersig (1993) a considera como um indicador da despersonalização do conhecimento. Ao priorizar a busca por assunto, o autor deixou de ser o critério mais relevante para recuperação. Embora ele permaneça como elemento importante, faz parte de um conjunto de elementos e, nem sempre, será o elemento principal para a busca, recuperação e seleção de documentos pelos usuários.

Foucault (2006) restringiu as características da “função autor” considerando o autor de um texto, de um livro, àquele que se atribui uma criação textual. Porém, reconhece que a função autor é apenas uma das especificações das diferentes funções que um sujeito pode assumir em relação ao discurso.

As quatro características da função autor são assim resumidas:

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (Foucault, 2006, p. 56-57).

Das quatro características elencadas por Foucault (2006), a primeira e a segunda vinculam-

se intrinsecamente às questões da Organização do Conhecimento e podem ser visualizadas na representação de um documento.

Os códigos de catalogação, um dos instrumentos que norteiam a organização (pontos de acesso para responsabilidade) e representação (transcrição das áreas) da autoria nos permitem verificar que o autor do discurso pode “ocupar” vários espaços. Inclusive, uma mesma pessoa pode possuir várias identidades (pseudônimos, por exemplo, ou então quando uma pessoa ora exerce um cargo público e seu discurso passa a ser identificado como um discurso institucional) a fim de “organizar” seu discurso, ou seja, utiliza-se do conceito de “nome próprio” para seus múltiplos discursos.

#### 4. Reflexões críticas sobre o nome próprio hoje

Mencionar o nome sem uma prece ou sem a fórmula dissimulada de modestia parece muito raro na literatura do alto alemão médio. [...] O esclarecimento da questão não é tão necessário quanto poderia parecer. Contribui para nosso conhecimento do conceito que de si fazia o homem medieval. (Curtius, 2013, p. 661)

Se tomarmos um ponto de partida histórico-arbitrário, para identificarmos um “quando e onde” a questão do nome próprio torna-se elementar para as práticas de organização, representação e acesso aos conteúdos e continentes, Alexandria nos lega uma série de indícios que podem se tornar critérios para tal decisão. Não procuramos aqui discuti-los. Nosso ponto de inflexão (que simultaneamente apresenta-se como um critério) trata-se da chamada “questão homérica”. Entre as práticas de construção de uma remota ciência da linguagem, estão os experimentos de organização do conhecimento, reconhecidos principalmente a partir do erudito, filólogo e bibliotecário Calímaco.

Nesse período, também chamado Alexandrino, que se estende aproximadamente do ano 322 a 146 a.C., eruditos de toda procedência se sucederam como bibliotecários da famosa Biblioteca da Alexandria, que, com os seus 490 mil volumes e os 43 mil colocados, por falta de espaço, no Museu Serapeum contíguo à biblioteca, se tornou o maior centro de cultura helênica da Antiguidade. A ordenação e catalogação dessas obras levantaram problemas pertinentes à sua autenticidade, à vida dos autores e posteriormente à preparação dos textos para o público e para as escolas. (Spina, 1994, p. 66)

Passados dois milênios, entre o século XIX e o XX, o desenvolvimento de teorias, abordagens e instrumentos de organização e de uso da informação continuaram tendo o nome próprio como



uma centralidade. É exemplo a preocupação de Peignot (1802a,b) (Figura 1) e de Paul Otlet (1934) com a descrição de documentos e o imperativo do nome próprio (Figuras 2 e 3).

P. S. E.	141
NOMS SUPPOSÉS.	NOMS VRAIS.
	de Constantinople, qui se fit moine.
<i>Chrysippus</i> .....	Libert Fromond.
<i>Cleophilus, Octavius</i> .....	François de Fano;
<i>Clevis (Thomas du)</i> .....	Bonav. Desperiers.
<i>Clouset ou Duclouset</i> .....	Jean Coustel et Isaac le Maistre.
<i>Clopcicre</i> .....	Voltaire.
<i>Cocaius Merlinus</i> .....	Théophile Folengi.
<i>Colet Champenois, Claude</i> .....	Gilles Boileau.
<i>Colvinus</i> .....	Louis Dumoulin.
<i>Columbia</i> .....	Jean Coster.
<i>Comes ou de Comitibus</i> .....	Majoragius.
<i>Conchiaz</i> .....	{ Pamphile d'Alexandrie, selon Suidas; et Nicandre, selon Galien.
<i>Constantius, Marcus Antonius</i> .....	Etiennè Gardiner.
<i>Copus, Alanus</i> .....	Nicolas Harpsfeld (1).
<i>Corallus et Cordatus</i> .....	Ulric Huiten.
<i>Corona ou Coronæus, Jea</i> .....	Jean-Etienne Menochius;
<i>Covelle, Robert</i> .....	Voltaire.
<i>Crapin</i> .....	Jean Tristan de S.-Amant.
<i>Crassinius</i> .....	Charles Sigonius.
<i>Critobulus</i> .....	S. Jérôme.
<i>Crox (Florent de)</i> .....	Jean Lepelletier.
<i>Cubstorf</i> .....	Voltaire.
<i>Cyprianus, Carthag</i> .....	Erasmus.

Figura 1. Pseudônimos identificados por Peignot.  
Fonte: Peignot (1802b)

Os verbetes peignotianos estruturalmente se preocupam com a necessidade de reconhecimento de uma espécie de “vida particular dos nomes próprios”, de um lado, e, de outro, sua “vivência pública”, um “jogo de linguagem” que resulta na variação de significantes e de significados conforme cada “forma de vida”, cada classe social, cada ambiente, cada contexto. A Figura 1 apresenta parte da longa lista de nomes verdadeiros e nomes “artificiais” identificados por Peignot (1802b).

A “subjetividade” atentada por Paul Otlet (1934) evoca a complexidade do nome próprio no contexto social (não apenas hoje) e, como consequência, seus desafios no desenvolvimento da Organização do Conhecimento. Influência clara do advogado belga, Gabriel Peignot, em 1802, já atentava-se igualmente para a questão do nome próprio em verbetes como *allonymes*, *cryptonymes*, *pseudonymes*, *hétéronymes*, *anonymes*. As Figuras 2 e 3 demonstram a teoria aplicada do “nome próprio” na construção das fichas catalográficas em formato manual.

0.125

Nom (11), Prénoms (12)

Millénaire (15). — Titre de l'ouvrage (211). — Nom, prénoms et qualités de l'auteur (212, 213).

Lieu d'édition (221), firme (éditeur) (222), année (223), quantité édition (224), nombre de volumes (231), format (232), nombre de pages (234), illustrations (234), prix (225).

[Notes (3) — Notes analytiques — Notes critiques — Indices divers de la classification, etc.]

Provenance de la notice (4).  
Titre de la collection (41).  
Bibliographie (42).

Service intérieur (5).  
Cote de placement (51).

Destination de la fiche (52)

Figura 2. Modelo teórico da ficha catalográfica de Otlet  
Fonte: Otlet (1934)

DURAND, Charles 537

1921. — *Traité général d'Electricité*, par Charles Durand, professeur au Collège de France.

Paris, L. Maillard, 1921, 3<sup>e</sup> édition, 2 vol. (0,24 × 0,165), XXII, 440-475 p. 12 pl. 20 francs.

[Electricité théorique, Electricité appliquée. — Chap. VII, théorie des ions. — Ouvrage pour spécialistes.]

[537 + 537,18 + 621.3]

*Bibliographia Universalis*. Contribution n° 117. Fiche n° 224.  
Louis Forchamps. \* 1933.

N° 418  
537

Catalogue méthodique.

Figura 3. Modelo aplicado da ficha catalográfica de Otlet  
Fonte: Otlet (1934)

Atualmente, a IFLA tem desenvolvido vários modelos conceituais a partir de ferramentas computadorizadas para o universo bibliográfico, iniciando com os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), relacionado ao universo bibliográfico de modo geral, depois com o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), modelo conceitual especificamente relacionado à responsabilidade (ou autoria), e por último com os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), relacionado aos temas abordados em documentos. Os dois primeiros modelos abordam a autoria na organização e representação da informação e do conhecimento, conforme apresentado a seguir.

Os FRBR definem o registro bibliográfico

como um agregado de dados associados a entidades descritas em catálogos de bibliotecas e bibliografias nacionais. Inclusos naquele agregado de dados estão os elementos de dados descritivos, como aqueles definidos nas Descrições Bibliográficas Internacionais Normalizadas (ISBDs); os elementos de dados usados nos cabeçalhos para pessoas, entidades coletivas, títulos e assuntos, que funcionam como instrumentos de armazenagem ou entradas de índices; os outros elementos de dados usados para organizar um arquivo de registros, como os números de classificação; as notas como resumos ou sumários; e os dados específicos [relativos a coleções de bibliotecas, tais como números de acesso e chamada (IFLA, 1998, p. 7, tradução nossa)].

Nesta definição podemos afirmar que a autoria está presente no registro bibliográfico (representação documental) em dois momentos distintos: na organização, quando localizada nos pontos de acesso; e, na representação, quando compõem a descrição bibliográfica, seguindo as áreas presentes nas *International Standard Bibliographic Description* (ISBD).

O foco deste trabalho não estaria na transcrição literal da autoria nas áreas de descrição bibliográfica e sim nos pontos de acesso, pois são eles que organizam o conhecimento consolidado por indivíduos. Neste sentido, o conceito de “nome próprio” permeia a representação da pessoa (autor) contida no registro de autoridade, que é definido como

um agregado de informações sobre uma instância de uma entidade da qual seu nome é usado como um ponto de acesso controlado para citações ou registros bibliográficos em um catálogo de biblioteca ou arquivo bibliográfico (IFLA FRANAR, 2007, p. 1, tradução nossa).

O estabelecimento de registro de autoridade possui um papel fundamental na organização do conhecimento, pois permite identificar o sujeito do discurso, em suas várias identidades bibliográficas. Com o intuito de melhor organizar e representar os autores, surge o *Virtual International Authority File* (VIAF), que integra vários catálogos e registros de autoridade. Independentemente da grafia ou da forma que o autor é conhecido, todas as variações de seu nome podem levar ao autor do discurso.

Neste contexto, na forma adotada para compor os pontos de acesso de um registro bibliográfico, o “autor” seria identificado unicamente por um código numérico - no VIAF seria o VIAF ID. Há também outro número que busca tornar único o autor, o *International Standard Name Identifier* (ISNI).

Essas iniciativas, como pode-se observar, são tentativas que organizam os discursos e atrelam historicamente aos seus autores, relacionando pessoas e documentos. Assim como o livro possui o ISBN, o periódico o ISSN, a pessoa teria o ISNI.

Acredita-se que o desenvolvimento de modelos conceituais e códigos identificadores para os autores seja uma busca ou um retorno aos fundamentos teóricos da disciplina a fim de encontrar soluções para os problemas contemporâneos de Representação Documental. O autor passa a ser compreendido como uma das possíveis funções de relacionamento entre a entidade pessoa e as entidades do Grupo 1 dos FRBRs que representa um documento, a saber, “Obra, Expressão, Manifestação e Item”, não

mais como as várias funções sob o termo “autor”.

Durante muito tempo essa concepção agregadora atendeu às demandas, porém não é mais satisfatória. Inicialmente, a figura do autor era suficiente para identificar um documento. Com o passar do tempo, outras funções, como o compilador e a entidade coletiva, assumiram o papel do “autor” para tornar a descrição mais precisa, mais detalhada, até o momento em que o “autor” e a “autoria” (quaisquer indicações de responsabilidade por determinado recurso) passaram a ser tão amplos, abrangendo tantas possibilidades, que, ao invés de facilitar o tratamento documental, o banalizou. Tudo poderia ser considerado como “autor” na elaboração do registro bibliográfico, porém esta concepção não é compartilhada nem pelo usuário nem pelos criadores do documento.

A trajetória da autoria e do autor revela que as primeiras concepções permeavam soluções práticas para a elaboração de registros bibliográficos, organização e recuperação da informação. Ou seja, as soluções centravam-se na facilidade de processamento documental. Hoje a concepção adotada com os modelos conceituais busca integrar a visão da produção do conhecimento com o usuário.

Paralelamente à preocupação teórica e aplicada, o reflexo do imperativo do “nome próprio” é facilmente reconhecido em um contexto social que transversaliza as teorias e as práticas de Organização do Conhecimento. Mesmo em uma sociedade estruturada na ideia e no uso da imagem pessoal como “identidade” (fotografias de faces, por exemplo), o “nome próprio” continua sendo elemento-chave, “ponto de acesso”, fonte de uma alteridade ainda inerente ao sujeito.

Ferramentas privadas como Facebook, e públicas, como o diretório de currículos da Plataforma Lattes demonstram como a necessidade da imagem não substitui, necessariamente, o imperativo do “nome próprio”. As Figuras 4 e 5 ilustram essa discussão.



Figura 4. Exemplo de perfil da empresa Facebook  
Fonte: Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com>>. Acesso em 30 jun.2015.



Figura 5. Exemplo de perfil na Plataforma Lattes do CNPq  
Fonte: CNPq. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/>>

O avanço de uma “sociedade das imagens” (e, principalmente, uma “sociedade das imagens faciais”, ou, ainda, uma *selfie society*), está intimamente relacionado aos jogos de linguagem que manipulam nomes e imagens de rostos, perfis, etc. Já em 1934, Otlet destacava a necessidade de alguns autores relacionarem seus nomes junto de fotografias (retratos) nos livros. Ao mesmo tempo em que identifica-se movimentos com o intuito de ressaltar a diferença entre representar o autor de um documento (representação da informação) e do autor como ponto de acesso (organização do conhecimento), verifica-se uma dificuldade em adequar a representação documental com o grande volume de produção de documentos e a necessidade de alimentar base de dados.

Tal *selfie society* já está “manifestada” na Organização do Conhecimento, porém com as incorreções e desafios das transformações culturais em curso. Um exemplo típico é o citado caso do VIAF. Trata-se de um catálogo de registros de autoridade de diferentes agências bibliográficas nacionais e/ou locais. Sua função central é identificar e descrever autores, permitindo a inclusão de uma imagem relativa ao registro.

Uma das críticas atuais nas relações entre “nome próprio” e “imagem identitária” está na aplicação conflitante encontrada no contexto do VIAF. Ao contrário da correspondência esperada, o que encontramos, em geral, como o modelo da Figura 6, dentro do catálogo de autoridade é, no lugar da “imagem referente ao nome” (uma fotografia da face do autor), a imagem do recurso bibliográfico (um livro do autor). Percebe-se aqui o jogo entre o imperativo do autor diante do imperativo do recurso, fonte de uma das mais clássicas discussões do século XX, com o mencionado trabalho de Roland Barthes sobre a pretensa “morte do autor”.

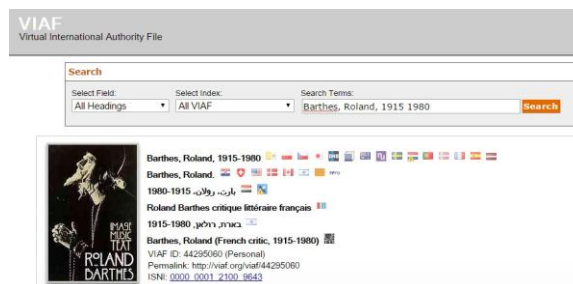


Figura 6. Registro de autoridade - Barthes  
Fonte: VIAF. Disponível em: < [http://www.viaf.org/viaf/44295060/#Barthes,\\_Roland.](http://www.viaf.org/viaf/44295060/#Barthes,_Roland.)>

Na procura atual (permitida sistemicamente pelo VIAF), o “autor” tem sua condição não apenas “reconhecida”, como “existenciada” a partir da “imagem” que o identifica. Em certa medida, trata-se de uma espécie de “retorno” ou “afirmação” da presença da imagem da autoria, para além do nome, dentro da obra, como destacado por Otlet (1934). Reconhecemos a diferença de uma imagem adotada em uma publicação, com objetivos diversos, como o comercial, e sua aplicação em um sistema internacional de autoridades. O fato nos chama a atenção, uma vez que, no segundo caso, estamos diante de um processo e de um produto intelectual, o VIAF, de fundamentação do “nome próprio”, atrelando-o a uma imagem identitária no mundo atual.

Outra crítica relacionada ao âmbito dos “nomes próprios” na Organização do Conhecimento está nos metadados. Existem vários metadados que indicam o autor em apenas um de seus campos. Neste caso, ou a representação da informação contida no documento ou a organização do ponto de acesso terá lacuna. Isto ocorre nos repositórios digitais que utilizam-se do Dublin Core, em seu registro possui apenas um campo para indicar o autor. Esse campo pode utilizar-se do controle e padronização do nome do autor, estabelecido pelo “registro de autoridade”. Neste caso, a forma do autor como consta na página de rosto de um documento não será transcrita. Caso seja adotada a forma como consta no documento, não haverá padronização de pontos de acesso, resultando em dispersão do discurso.

A identificação das variadas formas (grafia, nome completo ou abreviado, pseudônimos, identidades diferentes para uma pessoa que ocupa um cargo político etc., já anunciadas no Oitocentos pela visão peignotiana) deve ser contemplada. Neste sentido, observa-se claramente a questão do “nome próprio” da filosofia na Organização do Conhecimento.

## 5. Considerações finais

L'auteur joint souvent à son nom ses propres titres, qualités, notamment ceux de sa profession ou ceux des ses titres scientifiques qui forment son autorité quant à l'ouvrage. (Otlet, 1934, p. 113)

Um dos modos mais claros de se atentar para uma “epistemologia da organização do conhecimento” vislumbrada em uma abordagem do “nome próprio” partícipe de nosso pensamento informacional está na expressão de Paul Otlet (1934, p. 251) no fragmento § 251.22 (parte integrante de 251.2. L'auteurs et l'oeuvre): “L'auteur est l'element subjectif de la connaissance”.

Ao observar a história dos catálogos e dos instrumentos utilizados para organizar e representar documentos, o autor sempre foi um elemento presente. Algumas vezes, sua identificação simplificada foi o bastante. Atualmente, verifica-se ainda a importância de padronização para busca e recuperação da informação. Tendo em vista os embates da filosofia e de diferentes ramos do saber, podemos reunir alguns elementos que confluem para uma reflexão crítica sobre o “nome próprio” na teoria e na prática da organização, da representação e do acesso ao conhecimento registrado.

Reconhecendo a Lógica como espaço discursivo fundamental entre Recuperação da Informação e Filosofia, percebemos, como já tratado no debate sobre a filosofia analítica (passando por Russel, Frege e Wittgenstein), o imperativo essencialista, de representação acurada de um nome próprio (o nome de um indivíduo representando objetivamente sua obra).

De outro lado, considerando a tradição filológica dos estudos biblioteconômico-informacionais, chegamos também até outro ponto da fronteira mencionada. Para a Filologia a preocupação com a autenticidade do documento passa por questões como autenticidade da obra, genuidade do documento e relações paratextuais. Este, no entanto, é apenas o princípio de uma longa atividade discursiva nas Humanidades e nas Ciências Sociais sobre o nome próprio, passando pela Mitologia, pela História, pela Ciência Política, pela Retórica, pelo Direito, pela Sociologia, pela Antropologia, dentre outros saberes.

No domínio da Sociologia, por exemplo, os potenciais problemas vinculados ao nome próprio que provêm ou repercutem na Organização do Conhecimento são inumeráveis. É o exemplo, nos estudos de gênero e comunicação científica, dos desafios de representação de nomes próprios femininos, o que dificulta a identificação de gênero e a possibilidade de análise dos

dilemas da relação entre os sexos. Otlet (1934) destacava o delicado costume de supressão do nome de autores de obras de mulheres, nomes que desapareceram para sempre, em seu ponto de vista.

Outros elementos sociais afetam diretamente as possibilidades de compreensão do nome próprio dentro da Organização do Conhecimento, como adoção de determinados sobrenomes de poder, variações culturais em razão de casamentos ou conversões religiosas ou ainda títulos civis, profissionais, anônimos, pseudônimos, plágios.

Se tomássemos, ainda, a Retórica como ponto de partida, retornaríamos à “questão Beda” e à construção dos epítetos no contexto da Igreja Católica nos fins do primeiro milênio. Este e aqueles exemplos demonstram a complexidade e a relevância dos estudos sobre o “nome próprio” e o seu lugar na epistemologia e na história da Organização do Conhecimento.

Diante de tais desafios, este estudo, de caráter exploratório e teórico, buscou debater o pensamento sobre o “nome próprio” desenvolvido dentro e fora da Organização do Conhecimento, para iluminar a discussão neste último caso. A travessia nos mostrou a extensão da questão e as necessidades de diálogos disciplinares resultados da vastidão epistemológica do objeto de estudo. Reconhecemos, em certa medida, uma pretensa “invisibilidade do aparente”, ou uma “neutralidade do múltiplo”.

Em outros termos, percebemos como o “nome próprio” vivencia, a princípio, uma condição de elemento preciso e objetivo, de “fácil” delimitação e formalização. Tratar-se-ia de um elemento lógico em sua natureza ou de um caso de padronização simplificável. Esta primeira impressão presente na discussão do Crátilo, clássico diálogo platônico que debate a origem dos nomes, choca-se rapidamente com a turbulenta, social e culturalmente fundada história dos “nomes próprios” e dos modos de seu uso. Esta dinâmica carece, pois, de um trato crítico da Organização do Conhecimento, responsável por pensar e por implementar formas de identificação, ordenação e acesso ao conteúdos e continentes, atividades estas que ora reconhecem, ora fundam, ora apagam o “nome próprio” como elemento sócio-cultural, antes de um “ponto de acesso”.

## Referências

- Abbagnano, Nicola. (1998). *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Agamben, Giorgio. (2013). *A ideia de prosa*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Barthes, R. (1988). *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense.
- Brascher, M.; Café, L. (2008). Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANCIB; USP.
- Caldeira, P. da T. (1984). A situação do Brasil em relação ao controle bibliográfico universal. *R. Esc. Bibliotecon.* UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 260-283, set.
- Chartier, R. (1999). *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. da Unesp.
- Coelho, T. (1997). *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras.
- Curtius, Ernst. (2013) *Literatura europeia e idade média latina*. São Paulo: EDUSP.
- Esteban Navarro, M.A.; García Marco, F.J. (1995). Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. *Scire*, Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 149-157. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1038/1020>>. Acesso em: 01 jun. 2011.
- Foucault, M. (2006). *O que é um autor?* 6. ed. Lisboa: Vega Passagem.
- IFLA FRANAR (2007). *Functional Requirements for authority Data*. Versão de 1 abril de 2007. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/d4/Franar-ConceptualModel-2ndReview.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2007.
- IFLA. (1998). *Functional requirements for bibliographic records: final report*. UBCIM Publications - New Series, vol. 19. München: K. G. Saur. Disponível em: <[www.ifla.org](http://www.ifla.org)>. Acesso em: 16 ago. 2006.
- Le Goff, Jacques. (2013). *Homens e mulheres da Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Marcondes, Danilo. (1985). A questão das linguagens artificiais nos séculos XVII e XVIII. In: Simpósio Fluminense de Lógica, Filosofia e Teoria da Ciência, 2, 1985, Niterói. *Anais...* Niterói.
- Needham, C. D. (1964). *Organizing knowledge in libraries: an introduction to classification and cataloguing*. London: Andre Deutsch.
- Otlet, Paul. (1934). *Traité de documentation: le livre sur le livre; théorie et pratique*. Bruxelas, Editions Mundaneum.
- Platão. (1963). *Crátilo: diálogo sobre a justiça dos nomes*. Lisboa: Sá da Costa.
- \_\_\_\_\_. (2008). *A República*. 11. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- Peignot, G. *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.
- Shannon, C.; Weaver, W. (1975). *A Teoria matemática da comunicação*. São Paulo: Difel.
- Spina, S. (1994). *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Ars Poética; Edusp.
- Strout, R. F. (1956). The development of the catalog and cataloging codes. *The Library Quarterly*, v. 26, n. 4, p. 254-275, Oct. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4304573>>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- Wittgenstein, L. (1980). *Culture and value*. Oxford: Blackweall.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Da certeza*. Lisboa: ed. 70.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Investigações Filosóficas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Cadernos 1914-1916*. Lisboa: Edições 70..
- \_\_\_\_\_. (1992a). *O Livro azul*. Lisboa: Ed.70.
- \_\_\_\_\_. (1992b). *O Livro castanho*. Rio de Janeiro: Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Observações filosóficas*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. (1968). *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Ed. Nacional; Edusp.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.